

Parecer Prévio n. 0265/2008 1. Processo n. PCP - 08/00210425 2. Assunto: Grupo 3 – Prestação de Contas do Prefeito - Exercício de 2007 3. Responsável: Olímpio José Tomio - Prefeito Municipal 4. Entidade: Prefeitura Municipal de Indaial 5. Unidade Técnica: DMU 6.

Decisão: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando ainda que: I - é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal; II - ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se à análise técnico-contábil-financeiro-orçamentário-operacional-patrimonial procedida e à sua conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares; III - o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, à sua avaliação quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições; IV - é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme determina a Constituição Estadual, em seu art. 113, o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito; V - o julgamento pela Câmara Municipal das contas prestadas pelo Prefeito não exime de responsabilidade os administradores e responsáveis pela arrecadação, guarda e aplicação dos bens, dinheiros e valores públicos, cujos atos de gestão sujeitam-se ao julgamento técnico-administrativo do Tribunal de Contas do Estado; 6.1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a Aprovação das contas do Prefeito Municipal de Indaial, relativas ao exercício de 2007, sugerindo que, quando do julgamento, atente para as restrições remanescentes apontadas no Relatório DMU n. 5637/2008.

6.2. Determina à Prefeitura Municipal de Indaial, com o envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, a adoção de providências para prevenir a ocorrência das faltas a seguir relacionadas, sob pena de futura sanção administrativa, conforme prevê o art. 70 da Lei Complementar n. 202/2000:

6.2.1. Divergência, no valor de R\$ 2.368,85, entre o superávit orçamentário do exercício (Consolidado), registrado no Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei (federal) n. 4.320/64 (R\$ 6.668.884,26), e a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 7.006.073,37), já desconsiderados os valores relativos a cancelamento de Restos a Pagar, ajustes financeiros e resultado diminutivo do exercício, em descumprimento ao art. 85 c/c o art. 102 da Lei (federal) n. 4.320/64 (item B.1.1 do Relatório DMU);

6.2.2. Divergência, no valor de 46.540,78, entre o saldo financeiro para o exercício seguinte registrado no Balanço Financeiro - Anexo 13 (R\$ 22.021.050,99) e o apurado pela Instrução (R\$ 21.974.510,21), em descumprimento ao disposto no art. 103 da Lei (federal) n. 4.320/64 (item B.2.1 do Relatório DMU);

6.2.3. Divergência de R\$ 10.493.656,78 no saldo da conta "Realizável" ao final do exercício, entre o valor registrado no Balanço Patrimonial, Anexo 14, e aquele apurado na movimentação financeira do exercício, em desacordo com o previsto nos arts. 85, 101 e 105 da Lei (federal) n. 4.320/64 (item B.3.2 do Relatório DMU);

6.2.4. Divergência no valor de R\$ 860,71 na apuração do Saldo da Dívida Ativa ao final do exercício, entre o valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15 da Lei (federal) n. 4.320/64, R\$ 6.001.455,08, e aquele registrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14, R\$ 6.000.594,37, em desacordo com o disposto no art. 39, § 1º, c/c o art. 105, II, § 2º, da Lei (federal) n. 4.320/64 (item B.3.3 do Relatório DMU);

6.2.5. Divergência no valor de R\$ 46.540,72 na apuração do saldo da Dívida Flutuante do exercício, entre o valor registrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14, R\$ 5.113.512,45, e aquele apurado com base na movimentação do exercício (saldo anterior mais/menos inscrição/baixa), R\$ 5.066.971,73, em desacordo com o disposto na Lei (federal) n. 4.320/64, art. 92 c/c o art. 105, III, § 3º (item B.3.4 do Relatório DMU); 6.2.6. Divergência, no valor de R\$ 1.290.502,17, entre o Saldo Patrimonial demonstrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14 (R\$ 35.246.983,56) e o apurado nas variações patrimoniais na Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15 (R\$ 33.956.481,39), ambos da Lei (federal) n. 4.320/64, em descumprimento ao art. 105 da Lei Federal (federal) n. 4.320/64 (item B.3.5 do Relatório DMU).

6.3. Alerta à Prefeitura Municipal de Indaial, na pessoa do Prefeito Municipal, que o não-cumprimento do item 6.2 desta deliberação implicará a cominação das sanções previstas no art. 70, VI e § 1º, da Lei Complementar (estadual) n. 202/00, conforme o caso.

6.4. Determina à Secretaria Geral - SEG, deste Tribunal, que comunique à Diretoria Geral de Controle Externo - DGCE, após o trânsito em julgado, acerca das determinações constantes do item 6.2 retrocitado para fins de registro no banco de dados.

7. Ata n. 85/08 8. Data da Sessão: 15/12/2008 - Ordinária 9. Especificação do quorum: 9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wandall, Luiz Roberto Herbst, Salomão Ribas Junior (Relator), Otávio Gilson dos Santos, César Filomeno Fontes e Adircélio de Moraes Ferreira Junior (art. 86, caput, da LC n. 202/2000). 10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Mauro André Flores Pedrozo. 11. Auditores presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken. JOSÉ CARLOS PACHECO SALOMÃO RIBAS JUNIOR Presidente Relator Fui presente: MAURO ANDRÉ FLORES PEDROZO Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC